

O PROJETO DE PESQUISA HETERODOXO DA *MAINLINE ECONOMICS*

Eduardo Angeli
(Universidade Federal do Pampa)

Resumo: O presente artigo apresenta e qualifica como heterodoxa e robusta a *mainline economics*, um projeto intelectual existente ao longo da evolução do pensamento econômico que abre mão de um conceito central à economia ortodoxa, o de equilíbrio, sob uma perspectiva liberal. Procura argumentar também que a crítica heterodoxa da teoria econômica convencional não deve ser confundida com a crítica do próprio sistema capitalista. Para isso, é discutido o que se entende por economia heterodoxa e é apresentado criticamente o papel do equilíbrio na abordagem convencional em Economia. Em seguida, mostra-se que a *mainline economics* adota a abordagem de processo de mercado e de emergência de coordenação sem comando central, sob uma perspectiva liberal. Destaque é dado para as contribuições oferecidas por James Buchanan e F. A. Hayek.

Palavras-chave: Economia *Mainline*, Economia Heterodoxa, James Buchanan, F. A. Hayek.

Abstract: This paper presents the mainline economics, an intellectual project that can be found through the history of economic thought. Usually, the mainline economics does not use the conceptualization of equilibrium, at least not in the same sense of orthodox economic theory. In this paper there is an explanation of the reason for mainline economics can be heterodox and robust. We also argue that a critique of orthodox economics should not be taken as a necessary critique of capitalism nor liberalism. For that, we present an interpretation of the label 'heterodox economics'. We discuss the role of equilibrium in economic theory as well. We also argue that the mainline economics is based on the approach of market process and the emergency of a coordinated system that is not centrally planned, in a liberal point of view. The focus of the paper is on the contributions made by James Buchanan and F. A. Hayek.

Keywords: Mainline Economics, Heterodox Economics, James Buchanan, F. A. Hayek.

JEL: B50, B53, B59.

Artigo submetido ao 41º Encontro Nacional de Economia (Foz do Iguaçu, 2013).
Área 1 (História do Pensamento Econômico e Metodologia).

O projeto de pesquisa heterodoxo da *mainline economics*

1. Introdução

O objetivo do presente artigo é apresentar e qualificar como heterodoxa e robusta uma linha de pesquisa encontrada em certo recorte da história do pensamento econômico, e que ainda é relativamente pouco conhecida pelos economistas heterodoxos nas universidades brasileiras: a *mainline economics*, uma tradição intelectual existente ao longo da história do pensamento econômico que, ao menos na vertente estudada aqui, abre mão de um conceito central à economia ortodoxa, o de equilíbrio.

Na seção seguinte a esta introdução, será discutido o que se entende por economia heterodoxa e qual o grupo de autores dentro da *mainline economics* que constituem o escopo deste texto. A seguir, será feita a crítica da ortodoxia a partir do estudo de alguns de seus conceitos e ferramentas fundamentais, quais sejam: o tempo newtoniano, substrato de sua pseudo-dinâmica, e seu correlato, o equilíbrio. Será mostrado, após isso, que há um projeto intelectual em economia que, em sua teorização, abre mão de conceitos como equilíbrio e da utilização do instrumental matemático e econométrico como fins em si, como parece acontecer com boa parte da pesquisa econômica nas últimas décadas, num movimento que desvia a economia de sua trajetória intelectual tal qual proposta por diversos autores relevantes e inclusive fundadores de nossa área do saber. Por fim, na última seção são traçadas as considerações finais.

2. Economia heterodoxa

Para os propósitos deste ensaio, economia heterodoxa é definida negativamente, em oposição a ortodoxia. Seguindo Dequech (2007-08), ortodoxia é uma categoria que, atualmente, corresponde à economia neoclássica, a escola dominante na ciência econômica, e que se assenta no tripé (i) racionalidade como maximização de utilidade, (ii) ênfase sobre estados de equilíbrio e (iii) negligência de tipos fortes de incerteza (Dequech, 2007-08), que fazem lembrar, ao menos parcialmente, a “santíssima trindade” ortodoxa de que falam Colander *et. al.* (2004), a saber, racionalidade, egoísmo e equilíbrio.

Adotar um conceito negativo de heterodoxia, tal qual feito aqui, significa aceitar, como observa Dequech (2007-08), que não é necessário haver um programa coerente dentro da heterodoxia, na medida em que escolas de pensamento e autores que não sejam neoclássicos, ainda que largamente distintos entre si, podem ser colocados sob a mesma classificação, desde que não utilizem ao menos um dos três pilares ortodoxos.

Chamo o oposto de ortodoxia de heterodoxia, e o oposto de *mainline* como não-*mainline*. Um autor ou corrente pode ser ortodoxo, dependendo de suas opções metodológicas, e, ao mesmo tempo, *mainline*, se enfatizar a capacidade de reconciliação de interesses e de geração de cooperação anônima do sistema institucional típico do mercado livre, ou não-*mainline*, se destacar as falhas de coordenação via mercado e a necessidade de intervenção estatal.

Além disso, como também coloca Dequech (2007-08), ao se definir heterodoxia como oposição à ortodoxia, que atualmente pode ser entendida como a escola neoclássica, é possível se admitir que parte da heterodoxia seja também pertencente à *mainstream economics*, na medida em que esta seja entendida num sentido sociológico. É *mainstream* aquilo que desfruta de prestígio acadêmico, que ocupa posições nas instituições mais respeitadas, que publica artigos nos meios de maior relevância entre a profissão, que é ensinado nas escolas de graduação e pós-graduação.

Nisso a presente classificação difere sutilmente daquela adotada por Boettke (2007). Neste texto, em que ele apresenta a *mainline economics*, o autor parece considerá-la o oposto de *mainstream economics*. Isso porque ele tende a associar o termo *mainstream economics* àquele tipo de teoria que procura entender a razão e como a atividade estatal deve interferir no sistema econômico, o que, no fundo, reflete a postura que em outro artigo (Coyne e Boettke, 2007) ele chamou de *economist as a savior*,¹ o comportamento do economista adequado à visão do Estado como um *player* do sistema econômico. Em oposição, na visão de Boettke, a *mainline economics* se associa à visão do economista

¹ Possivelmente em referência ao título do livro que Robert Skidelsky publicou sobre a biografia de Keynes.

como um “estudante”, percepção esta ligada à interpretação do Estado como um “árbitro” do processo econômico (promovendo o *enforcement* de regras e instituições emergentes, ao invés de construí-las).

De qualquer modo, definir ortodoxia, heterodoxia e *mainstream* da maneira feita aqui permite que autores de prestígio e claramente pertencentes à *mainline economics*, como Hayek e Buchanan, que são tratados de forma mais cuidadosa neste ensaio, ou Vernon Smith e Elinor Ostrom, possam ser qualificados como heterodoxos mesmo tendo alcançado talvez o maior prêmio pelo reconhecimento do trabalho de um economista, o prêmio Nobel, e sendo largamente citados e respeitados por economistas de diversas matizes teóricas, características que fazem deles economistas *mainstream*.

A *mainline economics* pode ser considerada heterodoxa precisamente por, ao menos em sua maior parte, rejeitar pelo menos um dos pilares da ortodoxia – neste ensaio o argumento está construído a partir do descarte da ênfase em estados de equilíbrio, ao mesmo tempo em que é dada centralidade à análise institucional comparativa, como será discutido adiante.

A posição ora adotada implica a rejeição da definição de *mainstream*, ortodoxia e heterodoxia conforme as recomendações de política econômica ou, mais ainda, com a postura política ou posição ideológica de certo autor ou corrente de pensamento, caso faça a apologia da economia de mercado ou sua crítica. Muitas vezes, no Brasil, fazer ciência econômica heterodoxa ainda passa pela identificação desta com a visão de que o sistema econômico capitalista é estruturalmente instável e que, por isso, políticas econômicas intervencionistas são bem vindas. Nesse sentido, para boa parte da comunidade heterodoxa em economia, a crítica da teoria econômica neoclássica acaba por se confundir com a crítica do sistema econômico de livre mercado.

Mas, se fosse assim, como se poderia explicar o debate sobre a possibilidade do cálculo econômico socialista? Como se sabe, o argumento socialista, associado principalmente a autores como Oskar Lange, estava construído sobre uma plataforma marginalista com ênfase especial sobre as condições para o alcance do equilíbrio típico neoclássico. Para isso, a proposta era se valer do conhecimento das curvas de custos marginal e/ou médio das firmas e da substituição da “anarquia de mercado” pelo controle de um comitê planejador (Barbieri, 2005, cap. 2 e 4). Aliás, foi precisamente a percepção de que a crítica à proposta socialista neste debate deveria passar pela crítica do programa neoclássico que, de acordo com Kirzner (cf. Barbieri, 2005, cap. 5), levou o austrianismo, especialmente com Hayek, a se identificar como um projeto de pesquisa próprio, distinto daquela ortodoxia.

A tabela 1 abaixo procura mostrar as diferentes combinações entre as categorias aqui tratadas e alguns exemplos do pensamento econômico a partir da segunda metade do século XX.

Tabela 1: Exemplo de classificação de autores.

	<i>Mainline</i>	Não- <i>mainline</i>
Ortodoxo	Friedman	Stiglitz, Krugman
Heterodoxo	Hayek, Buchanan, Kirzner	Foley, Minsky, Davidson

Fonte: elaboração própria

Adentremos rapidamente em cada célula da matriz acima. Milton Friedman, é claro, pode ter suas contribuições à teoria econômica *stricto sensu* colocadas como dentro da ortodoxia neoclássica, mas em seus livros mais ligados à teoria política e filosofia do liberalismo, e especialmente em Friedman e Friedman (1990), o norte-americano se aproximou de uma análise institucional comparativa em que procura explicar como, através do processo de mercado, pode acontecer uma sociabilidade benéfica e a harmonia social.² De qualquer modo, daqui em diante o caso especial de Friedman, que ora está

² Friedman teve diferentes fases ao longo de sua trajetória intelectual, e mesmo dentro da etapa de sua obra mais interessada em uma análise semelhante à institucional comparativa, há distintas partes, possivelmente no final da vida mais próximo à *mainline* que no início. Basta vermos, por exemplo, que seu livro publicado em 1980 (Friedman e Friedman, 1990) mostra, em certo sentido, um caráter muito mais hayekiano e buchaliano que seu clássico anterior sobre liberalismo, publicado em 1962 (Friedman, 1984). Isso porque, nota Boettke (2003), há ao menos três elementos que o livro mais recente ressalta em sua argumentação e que aproximam Friedman daqueles dois expoentes da *mainline*: o destaque dado ao papel informacional dos preços, a ordem espontânea de mercado e a existência de grupos de interesse que capturam parte do setor público na formulação de políticas econômicas.

qualificado como ortodoxo e *mainline*, será deixado de lado. A atenção do artigo estará sobre a *mainline* que é heterodoxa. Até porque discutir a existência de diferentes fases ao longo da trajetória intelectual de Friedman, e em que medida elas são compatíveis ou representam rompimentos, está além dos propósitos deste trabalho.

Já autores como Stiglitz e Krugman, por um lado, são associados às características distintivas da escola neoclássica e, ao mesmo tempo, destacam, ao longo de suas obras, problemas relativos à capacidade do processo de mercado gerar resultados benéficos e desejados, vendo a necessidade da intervenção estatal para a correção de tais problemas. Daí serem, de acordo com a classificação proposta, ortodoxos e não-*mainline*. Nessa perspectiva, é como se os economistas detivessem um modelo ideal em suas mentes para o funcionamento benéfico da economia de mercado, modelo este atrelado às condições para o alcance do equilíbrio geral competitivo. Contudo, ao se constatar o fato óbvio de que tais condições são demasiadamente restritivas e dificilmente podem ser encontradas na realidade, o sistema de livre mercado não é capaz de produzir resultados desejados. E, de forma geral, para a correção de tais supostas distorções, é necessária a intervenção estatal no sentido de atenuar tais problemas da realidade. Assim, essas linhas de pesquisa, associadas usualmente aos problemas de “falhas de mercado”, mantêm o modelo de equilíbrio geral como o modelo ideal, e vão buscando exceções a ele. Ou seja, nessa perspectiva os mercados maximizam o bem-estar desde que algumas condições sejam atendidas, mas em certo mercado pelo menos uma delas não o é, e o resultado, portanto, é que o mercado não consegue maximizar o bem-estar (Boettke *et. al.*, 2012). Nesse sentido, tal linha de pensamento não representa propriamente um rompimento com a economia ortodoxa.³

Foley, Minsky e Davidson, por sua vez, claramente fazem escolhas teóricas e metodológicas distintas da ortodoxia, enfatizando questões como incerteza forte e análise de processo, ao mesmo tempo em que enxergam no capitalismo uma instabilidade que parece minar a capacidade de auto-regulação, a que eles procuram responder com a conveniência da ação estatal e da regulação do mecanismo de mercado para que sejam mitigados os problemas oriundos da dinâmica econômica baseada na ação individual.

Por fim, a célula que inclui Kirzner, Hayek e Buchanan é marcada pela rejeição da ênfase e do instrumental usuais da teoria neoclássica, ao mesmo tempo em que adota uma postura liberal, enfatizando a existência de uma capacidade de harmonização de interesses opostos, de cooperação anônima e de comportamento simbiótico através da emergência de uma ordem espontânea associada a uma plataforma institucional capaz de converter interesses privados em benefícios sociais.

É sobre esse grupo que o presente ensaio procura se concentrar e qualificar como heterodoxo. Não se trata propriamente de uma escola de pensamento, mas muito mais de uma determinada forma de se pensar soluções para problemas envolvendo a cooperação e convivência harmoniosa em sociedade, de um projeto intelectual que tem perpassado o trabalho de alguns autores seminais e algumas escolas através da história do pensamento econômico.

3. Tempo e equilíbrio no pensamento econômico convencional

A corrente dominante no pensamento econômico tem como um de seus pilares o conceito de equilíbrio. Braga chega a afirmar que “na tradição estritamente analítica em economia, são essenciais o conceito de equilíbrio e sua determinação quantitativa” (Braga, 2000, p. 34), bem como que “[o] conceito de equilíbrio é o que possui maior capacidade de renovação e sobrevivência na teoria econômica” (Braga, 2000, p. 51). Cumpre destacar que a crítica à ênfase no conceito de equilíbrio da economia convencional se dá pela escolha metodológica de se estudar os estados de equilíbrio, ou de se tentar fazer o que será chamado à frente de pseudo-dinâmica. Essa crítica não deve ser estendida ao tipo de teorização que lida

³ Em particular, Boettke *et. al.* (2012) mostram como a linha de pesquisa da economia comportamental se encaixa na abordagem de “falhas de mercado”. De acordo com eles, nessa perspectiva, a ideia de que os mercados funcionam está assentada sobre a suposição de que os indivíduos são do tipo *homo economicus* e detentores de racionalidade tipicamente associada à escola neoclássica contemporânea, o que conduz à conclusão de que se as pessoas são menos racionais do que o previsto na teoria, então o mercado não funciona.

dinamicamente com tendências a um equilíbrio que não é alcançado, como, por exemplo, a teoria da atividade empresarial de Israel Kirzner (e.g. 1973, 1999). Prado, ao reclamar a existência de um tipo de teoria alternativa à neoclássica, fala que nela, “[n]o plano da análise poderá haver convergência ao equilíbrio, mas isto será sempre entendido como irrelevante frente à temporalidade real” (Prado, 2003, p. 200).

Sobre a economia neoclássica, centrada no equilíbrio e na estática comparativa, Prado afirma:

Essa perspectiva teórica adota a suposição de previsão perfeita, assumindo desde o princípio que os mercados estão em equilíbrio. Ao se concentrar nos mercados balanceados, faz com que desapareçam os hiatos reais que o sistema econômico vai criando e superando no processo de acumulação. Em consequência, os desbalanceamentos possíveis passam a ser tratados como se fossem puramente virtuais (Prado, 2003, p. 198).

Como será visto ao longo deste ensaio, a *mainline economics*, em particular um dos autores ora estudados, Hayek, critica esses postulados usuais da ciência econômica e propõe uma forma distinta de economia, com ênfase em processos ao invés de estados de equilíbrio, e que afasta a opção pela teorização da escolha racional no sentido normalmente entendido pela maior parte da profissão.

A partir do advento da abordagem do equilíbrio geral, nota-se o crescente incremento e sofisticação matemática e o aumento do grau de abstração da análise econômica. Progressivamente o equilíbrio passa a ser tido como objeto puramente abstrato, o conceito tratado apenas no campo das ideias e da lógica abstrata, sem implicações ou paralelos no mundo real. Isso implica, como coloca Braga (2000, Introdução e cap. 1), que ocorre uma espécie de clivagem: “[n]um plano, os fenômenos, observáveis e observados, de natureza dinâmico-cíclica. Noutro plano, uma fenomenologia estritamente abstrata, nível de elaboração lógica, purificada de determinados conteúdos, uma espécie de estrutura “interna” da fenomenologia econômica” (Braga, 2000, p. 40). A teoria se descola da realidade que, a princípio, deveria ajudar a compreender: é a “tara” que Cardim de Carvalho constata na economia, qual seja, a “meta de se alcançar total coerência teórica, ao custo da relevância empírica” (Cardim de Carvalho, 2004, p. 332, n.11).

Apesar da tendência à sofisticação, o equilíbrio geral é garantido pela existência da figura do leiloeiro walrasiano que centraliza as informações do mercado e, por um processo de *tâtonnement*, encontra os preços de equilíbrio em cada mercado particular.⁴ O problema é que fora dos preços de equilíbrio a teoria não pode admitir que aconteçam transações – são os contratos provisórios, na expressão de Edgeworth (cf. Carneiro, 1996), um artifício que garante que as trocas só ocorram caso não exista excesso ou falta de mercadoria em um dos mercados. Ou seja, o processo de tateamento ocorre sem falsas transações e, portanto, sem tempo real, fonte de erros e ignorância. Assim, de certa maneira, a teoria do equilíbrio geral não tem uma explicação de como se dá a atração e o movimento de um ponto de desequilíbrio ao de equilíbrio.⁵ Mais do que isso, a própria ideia de um leiloeiro que centralize informações e encontre os preços de equilíbrio acaba eliminando a necessidade da existência do sistema de preços como entendido por, entre outros, Adam Smith e F. A. Hayek, um sistema de transmissão de informações e conhecimento num ambiente de coordenação descentralizada.

O conceito de equilíbrio é o canal pelo qual se descarta, *ex-ante*, o problema da coordenação entre os indivíduos envolvidos no processo de mercado. Como diz Tolipan, “[a] análise do equilíbrio geral é, como quer o fundo da mentalidade economista, um paradoxo. Busca-se descrever a anarquia da produção capitalista pelo seu contrário, pela noção de equilíbrio. Isto é, a economia capitalista é tratada pelo que não pode ser” (Tolipan, 2002, p. 150).

⁴ A rigor, como nota Carneiro (1996), seguindo sugestão de Jaffe, o próprio Walras não usou a ideia de um leiloeiro, mas sim seus seguidores, ao tentarem popularizar a noção de ajustamento via aproximações sucessivas.

⁵ “How can we discuss stability in a model with only price-takers? Who changes the price when faced with excess demand or supply?” (Desai, 2002, p. 17). Nesse sentido, como mostram Boettke *et. al.* (2012), na abordagem associada ao equilíbrio geral, desde fins do século XIX, a coordenação, entendida como ampliação da compatibilidade entre planos e ações dos diferentes indivíduos, passou a ser tida como automática e instantânea, e não como um processo em que os agentes cometem erros.

A ênfase no equilíbrio traz dificuldade à tradição neoclássica para incorporar a noção de tempo como “flecha” em seu arcabouço teórico estático. Na tentativa de suprir essa lacuna, passa a fazer a temporalização do equilíbrio, numa dinâmica meramente formal. O tempo passa a ser considerado como simples índice subscrito em alguma variável econômica, de forma que “[n]ão há aqui um verdadeiro processo de mercado, mas sim uma dinâmica que tem a natureza de um processo sequencial de raciocínio que acontece num tempo meramente lógico” (Prado, 2007, p. 749). Eleutério Prado (2009) também mostra que um problema do conceito de equilíbrio é que este só é válido num contexto em que exista dinâmica que leve a ele – um processo de mercado que perfaça uma trajetória que conduza a um eventual ponto fixo atrator (o que nem sempre é o caso de processos dinâmicos) e logicamente precedente ao próprio ponto de equilíbrio.

A temporalidade do programa neoclássico é a do tempo newtoniano (O’Driscoll e Rizzo, 1996, cap. 4), conceito “especializado” do tempo, tempo como um eixo no plano cartesiano, cuja passagem é representada por um movimento ao longo de uma reta. Nesse mesmo aspecto, Prado destaca, retomando crítica de Joan Robinson, a escolha pelo estudo no estado do equilíbrio, ao invés do movimento que leve a uma tendência a ele, “implica tratar o tempo como mais uma dimensão espacial, como se este tivesse a propriedade da reversibilidade. Ao adotá-la, retira-se completamente o estudo dos fenômenos econômicos da historicidade para colocá-lo num espaço de possibilidades meramente lógico formal” (Prado, 2003, p. 199).

Boettke *et. al.* (1994) mostram preocupação com a tendência de alguns economistas, notadamente os austríacos, de julgarem que o abandono do instrumental assentado sobre o conceito de equilíbrio possa significar a renúncia do ideal científico e da própria noção de teorização em economia.⁶ Para eles, contudo, essa não é uma passagem necessária. A proposta destes austríacos é a substituição do pensamento permeado pelo equilíbrio por um alternativo, por eles chamado de “análise de ordem”, que conseguiria unir de forma satisfatória teoria e história, ao invés de realizar a dicotomização entre as duas. É o estudo da emergência de ordens espontâneas, frutos da ação humana, mas não do desejo ou planejamento humanos, através das quais se dá a coordenação dos indivíduos e os processos de mudança das estruturas sociais proposto por esses economistas ligados à escola austríaca. Tal forma de análise, se não vê o mundo em equilíbrio automático intrínseco ao sistema, tampouco enxerga caos ou ausência de regularidades. Segundo eles, “[t]heoretical knowledge, like the market process, is neither equilibrating nor disequilibrating; it is rather an orderly process of change” (Boettke *et. al.*, 1994, p. 70).

Por seu turno, Herscovici (2004) argumenta que o abandono do paradigma do equilíbrio não implica qualquer tipo de niilismo por parte da heterodoxia econômica, por poder ela propor duas outras maneiras de se pensar os problemas usualmente tratados por um economista. Em primeiro lugar, abrir mão do conceito de equilíbrio não implica admitir a existência de caos ou ausência de qualquer forma de estabilidade social, na medida em que é aumentada a ênfase no caráter regulador e estabilizador das instituições. Em segundo lugar, ainda de acordo com Herscovici (2004), há desenvolvimentos na teoria econômica no sentido de se utilizar modelos não equilibristas, como aqueles envolvendo complexidade.

Já Prado (2003) faz um chamado por uma teoria econômica que seja oposta à neoclássica, que venha a tratar das “situações em que há desbalanceamento dos mercados. Mais do que isso, ela tem de visar aos processos que ocorrem fora de algum equilíbrio ou mesmo fora de qualquer equilíbrio, pois é desse modo que se pode colocar a análise econômica em congruência com a história e se pode fazer reaparecer aquilo que move os processos” (Prado, 2003, p. 199).

Ao longo da próxima seção deste ensaio será apresentada uma linha de pesquisa, a *mainline economics*, que, a meu juízo, atende as propostas e demandas de Herscovici (2004), Prado (2003) e Boettke *et. al.* (1994), ao mesmo tempo em que enfatiza o papel central das instituições, mostrando assim que a economia heterodoxa crítica da teoria econômica neoclássica não deve ser confundida com uma postura contrária ao sistema liberal.

⁶ Preocupação possivelmente gerada pela própria história da escola austríaca, que em seu nascimento se viu envolvida em intensos debates de Menger e seus discípulos com a escola histórica alemã, o *Methodenstreit*.

4. A abordagem da *mainline economics*

O objetivo desta seção é apontar a existência de um projeto de pesquisa em economia que, de forma geral, abre mão do instrumental tipicamente adotado pela economia ortodoxa, e, ao mesmo tempo, assume uma postura política liberal. Nesse sentido, pode-se entender que há sim uma ciência econômica heterodoxa e liberal, o que explicita a separação analítica entre a crítica da teoria econômica convencional e a crítica do sistema de mercado.

De acordo com Boettke (2007) é possível se falar de uma *mainline* existente ao longo da história do pensamento econômico, que diz respeito a certas percepções e afirmações que serão explicitadas ao longo da seção. Esta *mainline* é uma categoria distinta da *mainstream economics*, conceito que, para Boettke (2007), diz respeito ao prestígio que certas formas de apresentação e certos argumentos possuem dentro da profissão, assim como da economia ortodoxa, que, segundo Dequech (2007-08), atualmente pode ser identificada com a escola neoclássica. A posição de Boettke (2007) é que as classificações em economia devem se referir muito mais ao tipo de teorização, às perguntas feitas e à maneira pela qual se buscam respostas a elas, envolvendo (ou não) a promoção da harmonização de interesses e a cooperação anônima através do processo de mercado, do que por como a teoria é apresentada (de forma verbal ou através da matemática ou estatística, por exemplo).

4.1. A *mainline economics* como tradição econômica e como uma economia política robusta

A *mainline* se refere a argumentos e proposições centrais e relevantes que vem sendo utilizados ao longo da história do pensamento econômico, quais sejam, aquelas que enfatizam a promoção da “harmony of interests that emerges through the competitive market process” (Boettke, 2007, p. 7). Nesta perspectiva, é através do processo de mercado que indivíduos portadores de interesses contraditórios e opostos podem conviver em sociedade e cooperarem mutuamente, ainda que sem essa intenção: “[i]t draws attention to a unique sort of relationships, that which involves the cooperative association of individuals, one with another, even when individual interests are different” (Buchanan, 1964, p. 35).

Deve ser destacado que a harmonia de interesses não é um pré-requisito para o funcionamento das instituições típicas do livre mercado, mas sim que o resultado do funcionamento daquelas instituições de origem evolucionária associados ao liberalismo é justamente a promoção da harmonia de interesses contraditórios. Ao estudar o clássico capítulo 8 da *Riqueza das Nações* sobre os salários, bem como os conflitos que Smith constata nas relações entre patrões e empregados, e a assimetria de forças entre esses dois grupos, Coutinho afirma:

Deve-se notar que o capítulo sobre salários compartilha inteiramente a visão geral contida em *A Riqueza das Nações* (...). Não escamoteia as tensões da relação salarial, nem o confronto entre desiguais. Não há harmonia ex-ante na estrutura econômica; todavia, o sistema em operação conduz ao melhor resultado para todos porque a demanda por trabalho e a elevação do salário no mercado serão o resultado natural da expansão econômica e do aumento do produto excedente e da riqueza nacional (Coutinho, 1993, p. 128).

Por isso Hayek destaca:

[N]either Smith nor any other reputable author I know has ever maintained that there existed some original harmony of interests irrespective of those grown institutions. What they did maintain (...) was that institutions had developed by a process of the elimination of the less effective which did bring about a reconciliation of the divergent interests (Hayek, 1967a, p. 100).

Além do mais, por fazer análise de processo, e não estática, os adeptos da *mainline* procuram lidar com as complicações trazidas pela incorporação do fator tempo e da ignorância possuída pelos agentes na análise econômica. Contudo, a solução passa, nessa perspectiva, pelo mercado e suas instituições como forma de se lidar com a ignorância e a mudança na economia, e não pela intervenção estatal.⁷

⁷ Wagner (2011) fala de um *Viennese kaleidics*, em explícita alusão à contribuição de Shackle, mas ressaltando como a abordagem do processo de mercado (notadamente austríaca, mas, a meu juízo, compatível com a *mainline* de forma mais geral) consegue conciliar ignorância e mercado livre.

A ordem social de emergência espontânea, na expressão consagrada por Hayek, baseada na economia de mercado, possui uma “reconciliation power” (Boettke, 2007, p. 7) que tem sido detectada e propalada por autores desde Hume e Smith a Hayek e Buchanan.⁸ Para enfatizar a prevalência e maior relevância desta *mainline* sobre a *mainstream economics*, tanto Boettke (2007, p.8) quanto Buchanan (1964, p. 28) citam Lord Acton: “[b]ut it is not the popular movement, but the traveling of the minds of men Who sit in the seat of Adam Smith that is really serious and worthy of all attention”.

Israel Kirzner costuma repetir diversas vezes ao longo de suas palestras anuais no curso de verão “Economia Austríaca Avançada”, promovido pela *Foundation for Economic Education*, que a emergência da economia política como área autônoma do conhecimento, obra promovida pelos economistas clássicos desde fins do século XVIII, e seu desenvolvimento subsequente, estiveram atrelados à constatação, por parte dos economistas, da existência de cadeias sistemáticas de causa e efeito nas relações econômicas, onde antes só se enxergava caos e desordem. Enquanto isso não fosse admitido e percebido, a teoria econômica não poderia florescer. O problema, sob este ponto de vista, é que a utilização das descobertas de cadeias de causa e efeito na esfera econômica da sociedade, bem como a possibilidade de se estabelecerem leis econômicas, sofrem um uso distorcido quando se prestam à mera organização de dados estatísticos ou, ainda, à manipulação de agregados macroeconômicos, sem fazer menção à ação individual guiada por propósitos num ambiente institucional de coordenação descentralizada (Moss, 1975).

Claro que sempre houve estudiosos dos fenômenos econômicos da sociedade como algo ordenado, mas como sugere Kirzner (2009, cap. 2), uma marca do nascimento da nova disciplina é a descoberta e estudo sistemático de leis aparentemente inexoráveis relacionadas àquele objeto. Além disso, seguindo Coutinho (1993, cap. 1), é possível se compreender o processo secular de emergência da economia política como o resultado de um duplo movimento: o primeiro, digamos, no campo material, e o segundo no campo das ideias.

No campo material, temos a emergência progressiva de um novo modo de produção na Europa, particularmente na Grã-Bretanha, quando o “desenvolvimento do comércio, da agricultura e da manufatura revolucionara as estruturas produtiva e social” (Coutinho, 1993, p. 17) nos séculos XVII e XVIII. Tal movimento colaborou no maior destaque de “expressões da sociabilidade mercantil” (Coutinho, 1993, p. 18) que vão estar no centro da análise da nova disciplina, tais como preço, câmbio, valor, juros, e suas relações. Tais categorias foram objeto de estudo desde a antiguidade, mas o estudo sistemático e progressivamente coletivo de cadeias de causa e efeito entre elas e das regularidades é a marca daquele processo de constituição da economia política como área autônoma do conhecimento humano.

Ainda de acordo com Coutinho (1993, cap. 1), no campo intelectual o nascimento da economia política pode ser visto como desdobramento do iluminismo, que tem como marcas o primado da razão e o jusnaturalismo. Não por acaso, alguns dos precursores da economia política são claramente associados ao iluminismo, como, por exemplo, David Hume. Além disso, o iluminismo marcou o movimento de formação da economia política através da influência exercida pelo grande desenvolvimento científico da época, via método científico e analogias com as ciências da natureza, fazendo os precursores buscarem leis de sistema, regularidades e cadeias sistemáticas de causa e efeito. Mais especificamente, foi o iluminismo escocês o mais importante na formação do pensamento econômico, na medida em que era o ambiente intelectual de Adam Smith. Cerqueira (2006) argumenta que a preocupação com progresso e felicidade foi geral do iluminismo, mas foi mais acentuada na Escócia, país relativamente atrasado em relação a outros, como Inglaterra e França. Além disso, no iluminismo escocês é dado destaque a questões envolvendo hábitos e instituições. Na perspectiva daqueles intelectuais, as instituições dão estabilidade ao comportamento ao limitarem o leque de opções dos indivíduos. Elas possuem relativa autonomia das

⁸ De modo que Coutinho (1993, cap. 3) fala de uma tradição liberal na linha Locke, Hutcheson, Hume e Smith, enquanto Horwitz (2001) trata da tradição de estudo de ordens espontâneas perpassando a linha Smith, Menger e Hayek. Para uma leitura da tradição da ordem espontânea ao longo dos séculos desde a Idade Média, ver Barry (1982).

vontades individuais. Além do mais, ainda conforme Cerqueira (2006), nos iluministas escoceses é dada grande ênfase aos resultados não intencionais da ação humana.⁹

Diante disso, qual era a visão dos primeiros economistas a respeito das regularidades que permitiam a existência de um sistema em que uma grande quantidade de indivíduos sem uma coordenação centralizada pudessem viver contando com a colaboração anônima alheia? Como era possível a formação e perpetuação de uma ordem social que estava longe de ser construída e comandada diretamente por uma mente humana, por mais brilhante que fosse? Segundo Boettke e Sautet (2009), os economistas tem se proposto (ou ao menos deveriam se propor) há mais de dois séculos uma constatação e uma problemática: a constatação pode ser resumida na profícua observação de Frédéric Bastiat de que, afinal de contas, “Paris é alimentada”; a problemática é a explicação de como se alcança a coordenação entre os diferentes indivíduos sem um comando central, através do mercado. O papel do economista, nesta ótica, é iluminar o tipo de plataforma institucional que aumenta o grau de coordenação entre os planos e ações dos indivíduos neste sistema descentralizado.

De acordo com Brennan e Buchanan (2000, prefácio), a preocupação dos filósofos e cientistas sociais sempre tem sido acerca da possibilidade de coexistência pacífica entre os indivíduos que agem em busca do interesse próprio que geralmente são conflitantes, de modo a se superar o dilema hobbesiano entre a vida “desagradável, bruta e curta” do mundo anárquico da guerra permanente, ou “desagradável, bruta e escravizada” sob o comando do soberano totalitário. Uma saída possível para o dilema, explicam, reside na esperança do aperfeiçoamento moral do homem. Muito esforço e energia têm sido despendidos em busca dessa solução, observam os autores.

A outra forma de se solucionar o dilema social de que falam Brennan e Buchanan (2000, prefácio) parte da constatação de que as pessoas estão longe de possuírem o caráter moral requerido para viverem em harmonia sem a existência de regras de comportamento. Busca, então, na existência de regras que imponham restrições à ação individual o mecanismo que permite a existência de ordem social. Os autores remontam à “grande descoberta intelectual do século dezoito” e, em especial, de Adam Smith, de que se houver um apropriado aparato legal e institucional, a ação individual, mesmo que permeada por desejos e intenções que não sejam propriamente benevolentes ou fraternas, pode promover o bem público, vale dizer, ao buscar seu próprio interesse, o indivíduo, se agir conforme regras adequadas, pode atender também o interesse alheio. Ou seja, para se promover o bem de outrem não é necessário que este benefício seja deliberado ou planejado.

Daí a importância do economista estudar as instituições, regras, leis e outras características que descrevam e permitam a existência de regularidades na cooperação anônima que se dá no mercado. Nesse movimento, o economista se recoloca ao lado dos “pais fundadores” da disciplina, como explicam Brennan e Buchanan (2000, prefácio), na medida em que o economista era conhecido como o estudioso do funcionamento do mercado como mecanismo institucional de coordenação e cooperação social, ao invés de, como ficou patente especialmente a partir do século XX, aquele profissional atarefado com a formulação de previsões para o impacto de um choque exógeno sobre as variáveis econômicas, em nível macro ou microeconômico, ou com a construção de modelos teóricos alternativos a partir de diferentes suposições simplificadoras, muitas vezes incapaz de intuir o funcionamento econômico da sociedade ou mesmo de apreender as preocupações e entendimentos que deram origem à disciplina. Por isso os autores definem seu próprio trabalho como uma tentativa de analisar “the basic logic of rules, to indicate why rules or institutions, rather than outcomes should be the central focus of inquiry” (Brennan e Buchanan, 2000, p. xvii).

De fato, como coloca Coutinho (1993, cap. 1), a ciência econômica foi se formando quase como uma abordagem científica e estudo do liberalismo, liberalismo este que viria a ser entendido nos clássicos

⁹ Não por acaso, Hayek (e.g. 1960, cap. 4; 1967a) destaca por diversas vezes o papel do iluminismo escocês na corrente de pensamento do racionalismo crítico, à qual ele adere, em contraposição ao racionalismo construtivista.

como liberdade de comércio e não intervenção nos negócios.¹⁰ O liberalismo refletia a ideia iluminista de existência de uma lei (ou ordem) natural que o Estado não deveria perturbar e contra a qual não deveria legislar. Nesse sentido, a herança iluminista na formação da economia também se manifesta no desejo de conhecer racionalmente e decifrar a lei natural.

O tipo de explicação que a *mainline economics* procura dar aos fenômenos sociais, em particular os econômicos, torna-se mais clara quando se percebe que ela é o que Boettke e Leeson (2004) e Leeson e Subrick (2006) chamam de uma economia política robusta (*robust political economy*). A robustez de que tratam os autores se refere à capacidade que o sistema de economia política abordado ou “modelado” pelo economista tem de se manter eficiente e produzir resultados desejados mesmo quando se abre mão de certos postulados utilizados normalmente pela teorização econômica convencional.¹¹

O teórico econômico tem, diante de si, a opção de trabalhar com um cenário em que seja relativamente fácil derivar o funcionamento adequado do sistema econômico, ou então com postulados distantes, digamos, dos ideais. Dessa maneira, “[i]n taking the easy case, the political economist postulates that set of assumptions that are most conducive to the point he wants to make. The easy case consists of assuming the ideal conditions that make the theorist’s system work” (Boettke e Leeson, 2004, p. 100).

Pode-se depreender da leitura de Boettke e Leeson (2004) e Leeson e Subrick (2006) que o *easy case* pode ser encontrado, por exemplo, na teorização que assume conhecimento e racionalidade perfeitos, mercados completos e preços flexíveis. Com essas condições é possível se extrair de maneira, em certo sentido, pouco complicada e mais ou menos direta o resultado de que o sistema econômico baseado no livre mercado produza resultados desejados, como, por exemplo, o *market clearing* ou simplesmente o progresso econômico. Semelhantemente, é provável que distintos sistemas de economia política produzam resultados parecidos e bem vindos. A teorização se torna mais rica e a análise institucional comparativa pode ser melhor feita, contudo, quando alguns destes postulados centrais deixam de existir.

Dessa forma, o real teste da robustez dos sistemas econômicos abordados, inclusive o baseado no mercado, acontece quando características tais como benevolência e onisciência dos agentes não são assumidas. Se o sistema tratado permanece de pé mesmo ao receber esse tipo de “choque adverso”, então ele é robusto. Nas palavras dos autores, uma economia política robusta “is one that can withstand the test of the hard case” (Boettke e Leeson, 2004, p. 102).

Dois são os tipos principais de *hard case*, ao menos na perspectiva dos autores: em primeiro lugar, a situação em que os homens são desonestos, quando se abre mão da existência de agentes benevolentes, em particular os que atuam na gestão estatal; e em segundo lugar, o caso em que os homens são ignorantes, quando não se requer conhecimento perfeito:

When information is costly, imperfect, and asymmetric, a robust political economy produces rational allocation nonetheless. Likewise, when men are selfish knaves, a robust political economy nevertheless produces socially beneficial outcomes. In short, conditions shy of omniscience and benevolence do not cause the system to falter. Even in the face of these problematic imperfections, a robust political economy performs well (Boettke e Leeson, 2004, p. 103).

Ambos os casos são interessantes e convenientes para se entender a *mainline economics* como uma *robust political economy*: a situação em que os homens são desonestos pode ser associada especialmente à contribuição de James Buchanan, e aquela em que são ignorantes à contribuição de F. A. Hayek. Por isso é importante que se avalie rapidamente os programas de pesquisa de ambos os autores.

4.1. Economia, instituições e trocas: a *mainline economics* de Buchanan

¹⁰ “A associação entre economia política clássica e liberalismo é inequívoca (...). A capa do liberalismo, entretanto, não adiciona apenas um apêndice ideológico à ciência da economia política. Representa uma parcela indissociável desta; mais ainda, apresenta-se como um de seus elementos constitutivos” (Coutinho, 1993, p. 31).

¹¹ Em Leeson e Subrick (2006) é possível entender que a robustez é uma qualidade do sistema ideal utilizado na abordagem feita pelo economista, e não do sistema econômico “real” propriamente dito.

James Buchanan, em artigo publicado em 1964, pergunta-se o que os economistas deveriam fazer, qual seu papel distintivo dentre tantos diversos campos do saber. Para responder a este questionamento, retorna a Adam Smith e sua ideia de uma propensão natural à troca existente nos homens, para argumentar que o trabalho do economista deve ser uma reflexão sobre os processos de troca como meios de relacionamento entre os indivíduos, o comportamento nestas relações e as instituições e estruturas que emergem a partir desta propensão. Ou seja, na perspectiva de Buchanan, retomando a proposta smithiana, a economia é a teoria dos mercados, ciência das trocas e da emergência dos ambientes e instituições que surgem delas. Desse ponto de vista, a proposta convencional de que ela seja a ciência que estuda a alocação de recursos escassos entre fins alternativos é um desvirtuamento de seu propósito original e daquilo que Buchanan, representante da *mainline*, defende.

Buchanan (1964, 1994) enxerga na própria definição de ciência econômica proposta por Lionel Robbins e adotada quase unanimemente na profissão, a saber, a ênfase no problema da escolha, na decisão alocativa face à escassez, um deslocamento daquilo que seria o correto assunto da economia tal como proposto por Adam Smith, fazendo com que, ao invés de terem como objeto de estudo um tipo de manifestação da atividade humana e os arranjos institucionais que emergem a partir dela, os economistas procurem resolver problemas tecnológicos ou de engenharia econômica; em outras palavras, ele coloca, ao invés de construírem uma “teoria dos mercados”, os economistas tem feito avançar uma “teoria da alocação de recursos”, e, na visão robbinsiana, “our subject field is a problem or set of problems, not a characteristic form of human activity” (Buchanan, 1964, p. 30). Para o norte-americano, os economistas erram o alvo ao colocar sua preocupação sobre o processo de escolha de recursos escassos entre fins alternativos, ao invés de se concentrarem na construção de “a generalized understanding of the complex set of exchange relationships” (Buchanan, 1994, p. 473).

A famosa analogia contada pelos economistas do naufrago Robinson Crusoe como representando o homem econômico é falsa, ao menos até a entrada em cena de Sexta-Feira. O problema econômico, como entendido por Buchanan (1964), não está na alocação de recursos que o solitário Crusoe deve levar adiante, mas sim no relacionamento associativo simbiótico entre ele e Sexta-Feira. Em uma palavra, a atenção deve estar sobre o processo de troca e de associação benéfica entre os indivíduos, não na escolha individual (ou, por agregação ou antropomorfismo, coletiva).

Buchanan (1964) observa que a economia, enquanto teoria da escolha, trata de um falso problema na categorização das estruturas de mercado. Assim, quando se fala de mercado em concorrência perfeita, com agentes homogêneos e tomadores de preço, sem capacidade de influenciar o equilíbrio de mercado, não existe, de fato, concorrência, tampouco individualismo metodológico. O mercado, diz Buchanan, não é competitivo por hipótese ou construção, mas sim se torna competitivo. O indivíduo não apenas responde a estímulos externos de modo mecânico, mas a constante pressão concorrencial promove a emergência de um processo competitivo que orienta e limita a ação individual e cria a solução para a questão da coordenação através de ajustamentos, contratos, acordos, confiança, negociações, sem a existência de regras exogenamente determinadas e impostas. Assim, ao invés de enxergar o mercado como um mecanismo computacional e um meio de transmissão de informação alternativo, entre outros possivelmente existentes (como o Estado), Buchanan (1964) propõe que os economistas passem a entender o mercado como um arranjo institucional que emerge a partir das trocas promovidas pelos diferentes indivíduos que cooperam buscando alcançar cada um seu próprio objetivo.

O alerta de Buchanan (1964) começa com a constatação de que com o tipo convencional de preocupação em mente, os economistas não são capazes de discernir de quem é a decisão de maximização: indivíduos, comunidade, igreja, sociedade, etc, ou seja, sem poder estabelecer o limite de quais unidades maximizam algo, acabam caindo, sem perceber, na armadilha da agregação vazia de significado. Mesmo economistas de cunho liberal e defensores do individualismo, como Knight, Friedman e o próprio Robbins, diz Buchanan (1964), poderiam tentar se safar dessa dificuldade dizendo que a sociedade que resolve seu problema econômico-alocativo deve ser entendida como um grupo de indivíduos que se organizou e concordou em resolver seu problema econômico de determinada maneira; falhariam, porém por não conseguirem solucionar a questão de como se define a função social de bem estar, nem de como tal arranjo ou acordo é alcançado.

Buchanan (1964) também expõe que o entendimento da ciência econômica como o estudo da alocação de recursos escassos entre fins alternativos, com a ênfase na maximização de determinada função objetivo, faz com que os economistas acabem se engajando em meros problemas computacionais, tornando a economia um simples ramo da matemática aplicada; a diferença entre a economia e a engenharia residiria, assim, no momento de revelação e disponibilidade da função a ser maximizada. Além disso, a ciência da escolha se confronta com um paradoxo: a partir de quando a função de utilidade do indivíduo é conhecida, o problema de maximização pode ser resolvido por um computador, e a escolha se torna puramente mecânica; nesse caso, não há escolha entre diferentes alternativas propriamente dita, e um computador pode resolver todo o problema de um indivíduo que conheça sua função utilidade. A escolha robbinsiana é, assim, um deslocamento do problema econômico.

A economia ortodoxa, tipificada no arcabouço neoclássico tradicional, reserva à concorrência o estatuto teórico de estrutura estática que fornece determinados resultados que deverão ser julgados por comparação com o que é definido *ex-ante* como desejável e detentor de certas características. Aqui, faz sentido se falar de “falhas de mercado” e se proporem correções que levem ao resultado final “ótimo”. Mas, para a *mainline economics*, a concorrência é o processo de criação, percepção e exploração de oportunidades de ganhos. Por isso, Buchanan fala que o movimento da economia neoclássica é responsável pela mudança da ênfase “from the exploitation of potential gains-from-trade to the attaining of specifically defined results” (Buchanan, 1969, p. 17).

Assim, ao invés de proporem a regulação e controle de preços, quantidades e práticas tipicamente concorrenciais, os economistas deveriam adotar o que Buchanan (1969) chama de “política Smithiana”, caracterizada pela ênfase na preocupação de se aumentar a possibilidade de trocas mutuamente benéficas e exploração de oportunidades de ganhos, além da melhoria do grau de coordenação entre os indivíduos, através do funcionamento “cristalino”, por exemplo, do sistema de preços, bem como a existência de um arcabouço institucional que faça com que o comportamento individual possa também promover o interesse alheio como consequência não-intencional.

James Buchanan constrói sua economia constitucional com o objetivo de realizar uma análise institucional comparativa. Em sua perspectiva, o economista deve avaliar qual a plataforma institucional que melhor permita a convivência pacífica entre os diversos indivíduos, de modo a se resolver o problema levantado há séculos por Hobbes sem que haja a necessidade do Leviatã, tampouco a mudança moral do ser humano. Por isso, do ponto de vista do projeto de pesquisa buchaliano, é conveniente que a avaliação do arcabouço institucional aconteça no cenário em que seja mais difícil derivar a convivência harmoniosa em sociedade. Assim, Buchanan usa como argumento estratégico o construto teórico do homem econômico com o objetivo de elaborar uma espécie de exercício mental que lhe permita verificar qual o conjunto institucional capaz de converter o pior cenário, qual seja, a sociedade formada por indivíduos puramente egoístas, em um produto benéfico, uma sociedade com alto grau de coordenação e cooperação simbiótica.

Do ponto de vista do norte-americano, pode-se entender que muitos tipos de arranjo social ou institucional seriam capazes de produzir resultados desejados de paz, segurança, cooperação e prosperidade, desde que a sociedade fosse formada por pessoas benevolentes, caridosas, fraternas. Semelhantemente, se o Estado fosse conduzido por dirigentes preocupados com o bem público e altruístas seria possível se pensar que talvez o “Leviatã benevolente” pudesse conduzir a sociedade de maneira satisfatória.

Contudo, na perspectiva do cientista social e econômico, tais cenários são, em certo sentido, pouco interessantes, já que, de certa maneira, não oferecem grandes questões teóricas a serem enfrentadas, tampouco são resistentes a problemas nas hipóteses bastante restritivas sobre o comportamento e a motivação dos agentes, sejam privados, sejam públicos. A questão que se coloca, então, é: diante da mudança naquelas hipóteses motivacionais e comportamentais, quais sistemas permanecem de pé?

Para Buchanan, modelos como o keynesiano ou socialista não se mostrariam robustos, pois quando se substitui aquele tipo de suposição restritiva pela construção a partir do homem econômico, seus benefícios desaparecem. Por isso sua crítica ao crescimento do tamanho e do escopo da ação estatal, especialmente nos EUA no período pós-guerra. Essa crítica assume, em particular, duas formas: o problema dos déficits crônicos e o problema do *rent seeking*.

Na visão de Buchanan (e.g. Buchanan e Wagner, 2000), a utilização do homem econômico na interpretação dos fenômenos de economia política nos EUA no período pós-guerra leva à conclusão de que o keynesianismo democrático conduz de forma persistente ao problema do déficit público. Tal posição é crítica sobretudo da teoria das finanças funcionais, que trazia subjacente a ideia de que o agente público atuaria preocupado com o bem-estar geral e de acordo com o conselho “cientificamente neutro” do economista.

Ao contrário, portanto, do keynesianismo e, em particular, da teoria das finanças funcionais, na perspectiva oferecida pela *constitutional economics* o político prefere tomar decisões que lhe rendam dividendos políticos como, por exemplo, manter de forma persistente gastos elevados e tributos baixos, de maneira a garantir emprego e produção em níveis elevados e, possivelmente, deixar seu sucessor com espaço limitado de ação, especialmente se for de um grupo político rival. Por isso, dar poder discricionário ao agente público na esperança de que, em busca do bem geral, ele saiba o que fazer e deseja fazê-lo, não pode ser admitido. Aceitar a benevolência do político é uma hipótese por demasiado restritiva.

Por isso, para Buchanan e a *constitutional economics* a preocupação deve estar sobre a capacidade das instituições promoverem o bem público. Um sistema dotado de uma apropriada estrutura institucional é robusto, na medida em que, mesmo que adotado o pior cenário para a motivação do político, ele não cai por terra. Isso, na visão de Buchanan e seus pares, não aconteceria, por exemplo, com o keynesianismo democrático e a teoria das finanças funcionais.

Daí que boa parte da atuação pública de Buchanan, a partir da ideia de que “os políticos também são auto-interessados”, passa pela defesa da constitucionalização do equilíbrio orçamentário (Buchanan e Wagner, 2000) e da política monetária (Buchanan, 2009), de maneira que independentemente da motivação dos envolvidos no poder político discricionário e de seus interesses de curto prazo, o sistema econômico possa funcionar bem no longo prazo.

O crescimento do tamanho do Estado e de seu escopo também gerou outros problemas na visão buchiana, com destaque para o *rent seeking* (Buchanan, 1980). *Rent seeking*, explica Buchanan (1980), é um termo que diz respeito à situação em que há impedimentos à livre entrada de competidores, o que não permite que, através do processo de mercado, uma escassez “artificial” seja esgotada pelo movimento de agentes em busca da exploração dessa oportunidade de ganhos, numa clara abordagem kirzneriana de atividade empresarial. O *rent seeking* em si é o comportamento visto nesse tipo de cenário, em que recursos escassos são utilizados não para se realizar o ajuste de quantidade e preço rumo ao que aconteceria caso existisse livre concorrência, mas sim para se tentar garantir, através da ação estatal e por mecanismos fora daqueles associados ao mercado competitivo, que barreiras à entrada sejam mantidas (se o agente for o que detém o direito à renda), ou que essas rendas possam ser capturadas (se o agente for o que ainda não detém o direito à renda). De qualquer maneira, o relevante é que, apesar do sinal da escassez relativa de certo bem ser mantido, a entrada no oferecimento desse bem é barrada, o que gera maneiras não competitivas de se tentar capturar essa renda. Os recursos escassos utilizados na busca da renda pelas maneiras não competitivas deixam de ser aplicados diretamente na ampliação da oferta daquele bem.

No estudo do problema de *rent seeking*, transparece a análise institucional comparativa e a economia política robusta de Buchanan. No cenário competitivo, o processo de mercado tende a ampliar a oferta, fazer cessar as rendas e promover o desenvolvimento econômico. Já no cenário com o Estado com escopo ampliado, há o bloqueio do processo de mercado, do aumento da oferta e do desaparecimento da renda, impedindo o desenvolvimento que teria sido alcançado no caso alternativo.

Além disso, é explícito em Buchanan (1980) que o homem econômico, o pior caso de motivação, se imerso numa plataforma institucional típica do livre mercado irá produzir, como consequência não intencional de sua ação, resultados benéficos, como o aumento do grau de coordenação do sistema econômico e o desenvolvimento econômico. Ao contrário, o mesmo homem econômico, atuando agora a partir de uma plataforma institucional em que o escopo da ação estatal seja ampliado a ponto de barrar o funcionamento satisfatório do processo de mercado, produzirá, como consequência não intencional de sua atuação, desperdício de recursos, ao agir não no sentido de diminuir a escassez de determinado bem na economia. Em suma, na visão de Buchanan (1980), a conjugação de homem econômico (pior cenário)

com instituições de mercado produz bons resultados, mas homem econômico com outro arcabouço institucional produz maus resultados.

É por isso que Buchanan defende o uso do homem econômico na análise comparativa institucional. É apenas com esse *hard case*, de indivíduos egoístas, que se pode avaliar corretamente qual a melhor plataforma institucional para a sociedade. E é precisamente nas instituições do livre mercado e da limitação do poder público que Buchanan encontra aqueles resultados desejados.

4.2. Ignorância, instituições e competição: a mainline economics de Hayek

F. A. Hayek talvez seja um dos principais representantes da *mainline economics*. Horwitz (2001) expõe que compreensão do tipo de argumentação presente na linha constituída por Smith, Menger e Hayek precisa ter a atenção sobre o tripé formado pelos seguintes elementos: o conhecimento incompleto e inarticulado, o conjunto institucional que leva cada agente a se aproveitar do conhecimento difuso e imperfeito de uma miríade de indivíduos, e o modo de surgimento e evolução das instituições.

Como se sabe, Hayek iniciou sua carreira acadêmica lidando principalmente com questões referentes à teoria do ciclo econômico e monetária, tanto que veio a travar um intenso debate com Keynes e Sraffa na primeira metade dos anos 1930, especialmente. Um marco importante na trajetória do austríaco aconteceu no ano de 1937. De acordo com Caldwell (1988), o artigo *Economics and Knowledge* (Hayek, 1937) marca a “transformação de Hayek”, uma ruptura do autor com seus trabalhos anteriores no sentido de que é a partir daí, na visão do autor, que o austríaco rejeita de maneira mais definitiva a utilização do conceito de equilíbrio em suas teorias. A negação da análise equilibrista se deveria ao crescente interesse do austríaco, também transparecido no artigo de 1937, no problema da coordenação entre os agentes possuidores de conhecimento imperfeito e incompleto como objeto central de estudo do cientista social, para o que aquele instrumental pouco contribui, na visão de Hayek.¹²

De acordo com Caldwell (1988), a inserção de Hayek no debate sobre a possibilidade do cálculo econômico socialista teria motivado essa transformação. A suposta derrota de Mises em seu embate com Oskar Lange e outros “socialistas de mercado” dentro de uma plataforma marginalista teria levado Hayek a buscar reformular de forma radical o argumento em favor do livre mercado. Daí seu movimento em direção aos problemas de coordenação e de conhecimento, e a consequente conclusão da superioridade dos princípios de mercado sobre os do planejamento estatal para a organização da sociedade.

Ora, a aceitação de conhecimento imperfeito, incompleto, subjetivo e disperso era incompatível com a análise marginalista e de equilíbrio até então amplamente difundida nos círculos de economistas. O que Caldwell (1988) chama de “transformação de Hayek” é esse abandono do instrumental usual do economista, particularmente o conceito de equilíbrio (que o próprio Hayek anteriormente teria defendido), rumo a uma abordagem que adota a hipótese de conhecimento imperfeito por parte dos indivíduos e que vê o mercado como um processo competitivo de criação, descoberta e experimentação, provocado pela participação de Hayek no debate sobre o cálculo econômico socialista e tipificado em seu artigo de 1937.

Lewis (2009), em texto acerca do projeto de pesquisa hayekiano, procura mostrar que no artigo de 1937, Hayek busca questionar a capacidade explicativa da teoria econômica convencional.¹³ Para o austríaco, não era satisfatória a maneira como os economistas usualmente lidavam com o problema do conhecimento, ou mais especificamente, com a questão de como era possível que as pessoas se utilizassem do conhecimento umas das outras numa economia sem controle central. Em 1937, Hayek levantou dois problemas epistemológicos à teoria econômica, relacionados à subjetividade do

¹² Para Soromenho (1994), porém, a análise hayekiana sobre os ciclos econômicos e a moeda adotaria a ideia de equilíbrio como referencial, mas já seria, em essência, uma análise de processo, e não estática. “Economics and Knowledge”, assim, não marcaria propriamente um rompimento de Hayek com seu trabalho anterior; antes, seria a consequência de sua obra especificamente sobre o ciclo econômico, mostrando a evolução do pensamento do autor ao desenvolver de maneira mais clara e explícita ideias que já anteriormente estavam latentes em seus trabalhos.

¹³ Os parágrafos seguintes, nos quais se investiga o avanço do projeto de pesquisa hayekiano, são inspirados no texto de Paul Lewis (2009).

conhecimento bem como à sua dispersão. Em sua visão, o conhecimento relevante às pessoas não pode ser considerado objetivo, direto, mas sim subjetivo, já que o conhecimento objetivo é, de certa forma, convertido em percepção subjetiva do indivíduo. Assim, o conhecimento “externo” possuído pelo economista é diferente daquele detido pelos indivíduos e que é, portanto, o relevante na tomada de decisão.

Além de subjetivo, o conhecimento, segundo Hayek no artigo de 1937, é disperso, difuso, pela sociedade, com cada pessoa detendo não mais do que uma fração do conhecimento total existente. Mais do que isso, o conhecimento social total não só não está concentrado, ele não pode ser concentrado ou detido por uma só pessoa ou comitê. Há, em Hayek, uma divisão do conhecimento social análoga à divisão do trabalho smithiana.

Tendo apontado os dois problemas de caráter epistemológico à teoria econômica, em Hayek (1937) se encontra uma reformulação do conceito de equilíbrio. Para o austríaco, existem dois tipos de equilíbrio, quais sejam, o individual e o geral. Para que aconteça o equilíbrio individual, é necessário que a pessoa tenha estabelecido um plano coerente e compatível com seu conhecimento (subjetivo), de modo que um indivíduo racional está sempre em equilíbrio (individual).

A passagem do equilíbrio individual para o equilíbrio geral, no entanto, não é elementar, no sentido de não ser derivada da simples agregação dos equilíbrios individuais. Para que se dê tal passagem, na perspectiva de Hayek (1937), é preciso que os diversos planos individuais de equilíbrio sejam compatíveis uns com os outros, no sentido de que as expectativas sobre o futuro sejam compartilhadas pelas pessoas e que os planos de um indivíduo não atrapalhem, não fujam do que os outros preveem que este indivíduo faça.

A despeito dessa dificuldade, a existência de algum grau de coordenação na sociedade descentralizada pode ser atestada empiricamente e isso mostra, para Hayek, que há uma espécie de tendência ao equilíbrio, ou seja, de alguma maneira há um movimento a conduzir ao atendimento daqueles requisitos necessários ao equilíbrio geral – papel do processo de mercado, ou melhor, da competição, que é um procedimento de descoberta de novo conhecimento (Hayek, 1968).

O problema é que a teoria econômica convencional, segundo a perspectiva hayekiana, é incapaz de explicar como isso acontece, já que assume como existente o que, na verdade, deveria esclarecer: como se dá o crescimento da correspondência entre conhecimento objetivo e conhecimento subjetivo e como as expectativas dos indivíduos se tornam progressivamente compatíveis. Como diz Prado:

Hayek (...) considerou esse modo de pensar como tautológico, associando-o à decisão prévia, que despontara na teoria econômica de Walras principalmente, de transformar a Economia Política num ramo de aplicação da análise matemática pura e da lógica dedutiva (...). [A]o invés de mostrar que o sistema econômico tende para o equilíbrio, essa abordagem, devido a uma opção de procedimento, escolhe analisá-lo em equilíbrio, assumindo aquilo que deveria mostrar e cometendo uma petição de princípio (Prado, 2003, p. 199).

Hayek vai então buscar aprofundar o fundamento ontológico para sua crítica epistemológica à teoria econômica. Assim se pode entender, segundo a leitura de Lewis (2009), como seu livro de psicologia teórica, *The Sensory Order*, pode ser encaixado no projeto de pesquisa mais amplo do austríaco.¹⁴ Nele, Hayek explica que a mente humana é um sistema de classificação dos estímulos sensoriais a partir de regras aprendidas ou herdadas culturalmente. A partir disso, pode-se derivar a base ontológica da crítica epistemológica de Hayek.

Em primeiro lugar, em *The Sensory Order* Hayek (1976b) argumenta que o conhecimento possuído pelo indivíduo não pode ser exatamente correspondente à realidade objetiva. A relação entre o indivíduo e o mundo exterior é mediada por seus sentidos e por sua mente, que é um sistema de regras abstratas de

¹⁴ Como percebe Lewis (2009), ainda que *The Sensory Order* tenha tido seu núcleo construído por Hayek nos anos 1920 (antes, portanto, de seus escritos em economia, ainda que sua publicação tenha acontecido apenas em 1952), se observarmos o conjunto de obras do austríaco de uma perspectiva mais ampla, notamos que ele pode se enquadrar, do ponto de vista de desenvolvimento das ideias, depois de 1937, ao oferecer um sustentáculo às críticas à teoria econômica.

classificação e, portanto, interpretação. É a essa estrutura sensorial “organizada” que o indivíduo tem acesso para conhecer o mundo exterior, e não ao mundo propriamente dito.

Em segundo lugar, as regras de classificação não são plena e universalmente detidas e partilhadas, mas são resultado da cultura em que a pessoa cresceu e habita, bem como de sua própria trajetória particular, que atua no estabelecimento, adaptação e evolução daquelas regras. Claro que em alguma medida as regras mentais são socialmente compartilhadas (caso contrário sequer haveria a possibilidade de sociabilidade), contudo cada indivíduo recebeu diferentes estímulos ao longo da vida e herdou culturalmente distintas regras de interpretação. Assim, por cada indivíduo ter sido exposto a situações singulares, que produzem diferentes regras de classificação e interpretação, cada um compreende o mundo de maneira exclusiva. Com isso, cada pessoa contempla diferentes realidades ou facetas do ambiente, capturando e interpretando distintos aspectos da realidade e possuindo, por isso, uma fração do conhecimento total existente na sociedade. Daí ser possível, a partir de Hayek, dizer que o conhecimento social total, além de subjetivo, é difuso, disperso entre as pessoas.

Dada a base ontológica da noção de que o conhecimento é difuso e subjetivo, Lewis (2009) argumenta que a questão a ser enfrentada, do ponto de vista do desenvolvimento do programa hayekiano, diz respeito à maneira pela qual se dão a descoberta e utilização do conhecimento. Aqui entra, novamente, o papel das regras e instituições na economia hayekiana. No clássico artigo de 1945, *The Use of Knowledge in Society*, Hayek mostra que em uma economia marcada não só pela divisão do trabalho smithiana, mas também pela divisão do conhecimento, o sistema de preços possui papel central na coordenação das atividades dos indivíduos através da descoberta e utilização de conhecimento difuso e subjetivo, bem como na tendência à compatibilização das expectativas. Na perspectiva de Hayek, o sistema de preços é como um sintetizador do conhecimento relevante ao agente de determinado mercado. As mudanças nos preços relativos, provocadas pela ação dos indivíduos com base em seu conhecimento particular, são a maneira pela qual acontece a transmissão do conhecimento relevante e a adaptação de uma miríade de agentes a alterações na escassez relativa de certo bem que, geralmente, são de origem ignorada.

Pode-se estabelecer uma interessante distinção entre duas maneiras sequenciais pelas quais alterações no sistema de preços levam a adaptações no conhecimento e, portanto, nas expectativas e ações individuais. Em primeiro lugar, eles entram na formação das expectativas dos agentes, transmitindo conhecimento particular sintetizado sobre a escassez relativa dos bens e sobre oportunidades de ganhos não exploradas. Em segundo lugar, os preços são necessários ao cálculo econômico que dita a existência de lucros ou não em certa atividade, o que comandará o comportamento no período seguinte. Nesse sentido fica clara a conexão entre Hayek e a teoria da atividade empresarial de Israel Kirzner (e.g. 1973, 1999).

Para Hayek (e.g. 1968), a concorrência é um conceito colocado em contraposição à visão tradicional de concorrência como mera estrutura de mercado “estática”, ou, nas palavras de Mario Possas, como uma imagem “pacífica (e inerte) desenhada pelo neoclassicismo” (Possas, 1989, p. 55), que tem sua riqueza teórica e analítica escamoteada pela hipótese *ceteris paribus*, que neutraliza o papel ativo dos participantes do mercado e as novidades que a concorrência pode trazer, deixando a ela apenas um papel “passivo” de ajuste a condições dadas de oferta e demanda (Possas, 1989, cap. 2). Na visão da *mainline economics*, ao contrário, a concorrência deve ser entendida como processo de mercado que ocorre ao longo do tempo num ambiente complexo, potencial gerador de desequilíbrios e frustrações de expectativas causadas por decisões equivocadas por parte dos agentes.

No processo de mercado, onde as decisões são tomadas de forma descentralizada, acontece a criação, descoberta e utilização de conhecimento novo sobre as condições particulares e locais da economia. Vale dizer, na tentativa de obter maior vantagem em relação a seus concorrentes, o empresário busca novos conhecimentos do mercado em que atua, da demanda com que lida, além de introduzir novas técnicas de produção e novos produtos e estar alerta a quaisquer novas oportunidades de negócios. Esse novo conhecimento só surge por causa da inserção e competição dos agentes no processo de mercado. E

os resultados desse processo não são passíveis de previsão, na medida em que seus rumos e resultados vão sendo construídos ao longo do próprio processo, com a passagem do tempo.¹⁵

A etapa seguinte do desenvolvimento do pensamento hayekiano, cujo marco é seu livro de 1960, *The Constitution of Liberty*, seguido pela trilogia *Law, Legislation and Liberty* (1973, 1976a, 1979), é mostrar que além do sistema de preços, outras instituições também são importantes na promoção da tendência ao equilíbrio (entendido como compatibilização de planos) e do aumento do grau de coordenação da economia descentralizada através da descoberta e transmissão de conhecimento.¹⁶

O austríaco evidencia a existência de instituições e regras socialmente herdadas e transmitidas não só referentes à classificação dos estímulos sensoriais, como dito anteriormente, mas também relativas à conduta e ao conhecimento tácito, adicionando, assim, uma nova dimensão ao conceito de conhecimento – além de difuso e subjetivo, ele é também, ao menos em parte, tácito, no sentido de que não pode ser verbalizado e explicitado, sendo, muitas vezes, ignorado por seu próprio detentor.¹⁷ A economia hayekiana, assim como dos principais adeptos da *mainline economics*, é a economia do processo de mercado. Hayek substitui o conceito de equilíbrio pelo de ordem, que emerge a partir da adesão a certas regras e instituições de caráter evolucionário e do processo de mercado que produz o crescimento do conhecimento e a progressiva compatibilização de planos individuais, o que se resume no conceito de ordem catalítica. A abordagem institucional e evolucionária de Hayek é reflexo da sua preocupação com o caráter dinâmico, mutável e adaptativo das ordens sociais que emergem da interação entre indivíduos. Aqui jaz uma distinção fundamental entre Hayek e a teoria neoclássica representada pela abordagem do equilíbrio geral na linha de Arrow e Debreu.

Hayek (como explicitam Boettke e Leeson, 2004), assim como os economistas austríacos em geral, apresenta uma economia política robusta com relação às hipóteses epistemológicas e de informação que adota, que são de tipo “pior caso”. Sua construção teórica envolve indivíduos que possuem não mais que fragmentos do conhecimento social total, e que erram e se adaptam a um mundo e ao conhecimento detido em permanente mutação. Como se sabe, é precisamente a partir do problema do conhecimento que Hayek vai reformular a defesa da supremacia da economia de mercado e suas instituições em relação à economia centralmente planejada – esta não exibe a robustez que aquela apresenta diante do pior cenário. Aliás, na interpretação de Boettke e Leeson (2004), o resultado do debate do cálculo econômico socialista foi a vitória dos austríacos Mises e Hayek não só por mostrarem que a economia política do liberalismo era robusta diante do pior cenário, mas também por concluírem que mesmo no melhor cenário o socialismo seria impossível.

Ao assumir hipóteses de pior cenário para testar a robustez do sistema econômico, os autores da *mainline economics* se afastam do tipo de teorização proposta pela economia ortodoxa, ao mesmo tempo em que seus resultados encontram no sistema de livre mercado a maneira de se promover a sociabilidade humana. Vale dizer, ainda que assumindo hipóteses de tipo “pior caso”, o sistema de que tratam autores como Hayek e outros ligados à *mainline economics* fica de pé, diferentemente do que acontece, por exemplo, com aqueles associados à quebra de algumas hipóteses do modelo de equilíbrio geral competitivo, em termos, por exemplo, de conhecimento e racionalidade limitados.

5. Considerações finais

O ensaio apresentou a *mainline economics* como um recorte e uma tradição teórica em Economia. Procurou argumentar em que sentido ela pode ser considerada robusta e heterodoxa.

Para isso, seguindo Dequech (2007-08), foi definido que economia heterodoxa é o oposto à economia ortodoxa, esta atualmente identificada com a teoria neoclássica. Economia *mainstream*, por sua vez, foi definida a partir de um conceito sociológico, como o que desfruta de maior prestígio e influência

¹⁵ Sobre o caráter criativo e não-teleológico do processo de mercado, ver Buchanan e Vanberg (1991).

¹⁶ Autores como Vaughn (1999) e Runde (1997) discutem o papel complementar que outras instituições, além do sistema de preços, tem no aumento do grau de compatibilização de planos e de coordenação em Hayek.

¹⁷ Andrade (2004) estuda a noção de conhecimento tácito em Hayek.

no ambiente profissional. Foi também ilustrado como alguns autores podem ser caracterizados como *mainline* ou *não-mainline*, de um lado, e ortodoxos ou heterodoxos, de outro.

Após, foi discutida criticamente a centralidade que o conceito de equilíbrio possui na teoria econômica, bem como o chamamento que alguns economistas críticos fazem para a necessidade de uma teoria que consiga abrir mão deste postulado da economia neoclássica.

Por fim, mostrou-se o que é a *mainline economics*, tradição intelectual que perpassa diferentes escolas e indivíduos ao longo da história do pensamento econômico, e que, por abrir mão de um dos conceitos definidores da economia ortodoxa, como o do estudo sobre os estados de equilíbrio, pode ser considerada heterodoxa. Nesse sentido, cumpre destacar a possibilidade de se encontrar economistas heterodoxos e que, ao mesmo tempo, enfatizam as vantagens e capacidade de geração de resultados desejados do sistema de livre mercado. Ao mesmo tempo, foi argumentado que a *mainline economics* é uma economia política robusta, através da ilustração trazida pela explanação sobre o projeto de pesquisa de dois autores seminais: Hayek e Buchanan.

6. Referências bibliográficas

- Andrade, R. P. (2004), “On fallible knowledge”, *Nova Economia*, 14 (1): 123-149.
- Barbieri, F. (2005), *História do debate do cálculo econômico socialista*, Programa de Pós-Graduação em Economia, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado.
- Barry, N. P. (1982), “The Tradition of Spontaneous Order”, *Literature of Liberty*, 5(2): 7-58.
- Boettke, P. J. (2003), “Milton and Rose Friedman’s “Free to Choose” and Its Impact in the Global Movement Toward Free Market Policy: 1979 –2003”, in Wynne, M., Rosenblum, H., Formaini, R. L. (orgs.)(2004), *The Legacy of Milton and Rose Friedman’s “Free to Choose”: Economic Liberalism at the Turn of the 21st Century*, Dallas, Federal Reserve Bank of Dallas.
- Boettke, P. J. (2007), “Liberty vs. Power in Economic Policy in the 20th and 21st Centuries”, *Journal of Private Enterprise*, 32(2):7-36.
- Boettke, P. J., Horwitz, S., Prychitko, D. L. (1994), “Beyond Equilibrium Economics: Reflections on the Uniqueness of the Austrian Tradition”, in Boettke, P. J., Prychitko, D. L. (orgs.)(1994), *The Market Process: Essays in Contemporary Austrian Economics*, Aldershot, Edward Elgar.
- Boettke, P. J., Leeson, P. T. (2004), “Liberalism, Socialism, and Robust Political Economy”, *Journal of Markets and Morality*, 7(1): 99-111.
- Boettke, P. J., Sautet, F. (2009), “Introduction to the Liberty Fund Edition”, in Kirzner, I. M. (2009).
- Boettke, P. J., Caceres, W. Z., Martin, A. G. (2012), “Error is Obvious, Coordination is the Puzzle”, Department of Economics, George Mason University, Working Paper 12-23.
- Braga, J. C. S. (2000), *Temporalidade da Riqueza: Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo*, Campinas, IE-Unicamp, Coleção Teses.
- Brennan, G., Buchanan, J. M. (2000), *The Reason of Rules: Constitutional Political Economy*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 7.
- Buchanan, J. M. (1964), “What Should Economists Do?”, in Buchanan, J. M. (1999).
- Buchanan, J. M. (1969), “Is Economics the Science of Choice?”, in Buchanan, J. M. (2000).
- Buchanan, J. M. (1980), “Rent Seeking and Profit Seeking”, in Buchanan, J. M. (1999).
- Buchanan, J. M. (1994), “Economic Theory in the Postrevolutionary Moment of the 1990s”, in Buchanan, J. M. (2000).
- Buchanan, J. M. (1999), *The Logical Foundations of Constitutional Liberty*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 1.
- Buchanan, J. M. (2000), *Economic Inquiry and Its Logic*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 12.
- Buchanan, J. M. (2009), “The Constitutionalization of Money”, Stockholm, Mont Pelerin Society Regional Meeting.
- Buchanan, J. M., Vanberg, V. J. (1991), “The Market as a Creative Process”, *Economics and Philosophy*, 7(2): 167-186.
- Buchanan, J. M., Wagner, R. (2000), *Democracy in Deficit: The Political Legacy of Lord Keynes*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 8.

- Caldwell, B. J. (1988), “Hayek’s transformation”, *History of Political Economy*, 20(4): 513-541.
- Cardim de Carvalho, F. J. (2004), “Teoria e política monetárias: Uma visão pessoal sobre uma relação difícil”, *Econômica*, 6(2): 315-334.
- Carneiro, D. D. (1996), “Apresentação”, in Walras, L. (1996), *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*, São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas.
- Cerqueira, H. E. A. G. (2006), “Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês”, *Economia e Sociedade*, 15(1): 1-28.
- Colander, D., Richard, P. F. H., Rosser, J. B. Jr. (2004), “The changing face of mainstream economics”, *Review of Political Economy*, 16(4): 485-499.
- Coutinho, M. C. (1993), *Lições de Economia Política Clássica*, São Paulo, HUCITEC.
- Coyne, C., Boettke, P. J. (2006), “The Role of the Economist in Economic Development”, *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, 9(2): 47-68.
- Dequech, D. (2007-08), “Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics”, *Journal of Post Keynesian Economics*, 30(2): 279-302.
- Desai, M. (2002), “The Nature of Equilibrium on Keynes’s General Theory”, in Arestis, P., Desai, M., Dow, S. (orgs.)(2002), *Methodology, Microeconomics and Keynes: Essays in honour of Victoria Chick*, vol. 2, London, Routledge.
- Friedman, M. (1984), *Capitalismo e Liberdade*, São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas.
- Friedman, M., Friedman, R. D. (1990), *Free to Choose: A Personal Statement*, San Diego, Harcourt.
- Hayek, F. A. (1937), “Economics and Knowledge”, *Economica*, 4(13): 33-54.
- Hayek, F. A. (1945), “The use of knowledge in society”, *The American Economic Review*, 35(4): 519-530.
- Hayek, F. A. (1960), *The Constitution of Liberty*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1967a), “The Results of Human Action but not of Human Design”, in Hayek, F. A. (1967b), *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1968), “Competition as a discovery procedure”, in Hayek, F. A. (1978), *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*, London & Melbourne, Routledge & Kegan Paul. Reimpresso em *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, 5(3): 9-23, Fall 2002.
- Hayek, F. A. (1973), *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*, vol. 1: “Rules and Order”, London, Routledge.
- Hayek, F. A. (1976a), *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*, vol. 2: “The Mirage of Social Justice”, London, Routledge.
- Hayek, F. A. (1976b), *The Sensory Order*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1979), *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*, vol. 3: “The Political Order of a Free People”, London, Routledge.
- Herscovici, A. (2004), “Uma crítica do conceito neoclássico de capital: as contribuições de Keynes e de Sraffa”, Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia.
- Hicks, J. (1987), *Capital and Time: A Neo-Austrian Theory*, Oxford, Oxford University Press.
- Horwitz, S. (2001), “From Smith to Menger to Hayek: Liberalism in the Spontaneous-Order Tradition”, *The Independent Review*, 6(1): 81-97.
- Kirzner, I. M. (1973), *Competition and Entrepreneurship*, Chicago, University of Chicago Press.
- Kirzner, I. M. (1999), “Creativity and/or Alertness: A Reconsideration of the Schumpeterian Entrepreneur”, *Review of Austrian Economics*, 11(1-2): 5-17.
- Kirzner, I. M. (2009), *The Economic Point of View: An Essay in the History of Economic Thought*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of Israel M. Kirzner, vol. 1.
- Leeson, P., Subrick, J. R. (2006), “Robust Political Economy”, *Review of Austrian Economics*, 19(2-3): 107-111.
- Lewis, P. (2009), “Hayek: From Economics as Equilibrium Analysis to Economics as Social Theory”, in Garrison, R., Barry, N. P. (orgs.)(2009), *The Elgar Companion to Hayek*, Cheltenham, Edward Elgar. No prelo.
- Moss, L. S. (1975), “Introduction to the Second Edition”, in Kirzner, I. M. (2009).

- O'Driscoll, G. P., Rizzo, M. J. (1996), *The Economics of Time and Ignorance*, London and New York, Routledge.
- Possas, M. L. (1989), *Dinâmica e concorrência capitalista: uma interpretação a partir de Marx*, São Paulo e Campinas, HUCITEC e Editora da Unicamp.
- Prado, E. F. S. (2003), "A questão da comparação das teorias em "economia"", in Corazza, G. (org.)(2003), *Métodos da Ciência Econômica*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Prado, E. F. S. (2007), "Formação de Preços como Processo Complexo", *Estudos Econômicos*, 37(4): 745-769.
- Prado, E. F. S. (2009), "Why not out-of-equilibrium economics!", Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, International Symposium on History of Economic Thought.
- Runde, J. (1997), "Comment: Rules for Prices?", in Frowen, S. F. (org.)(1997), *Hayek the Economist and Social Philosopher: a Critical Retrospective*, London, Macmillan.
- Soromenho, J. E. C. (1994), *Um Estudo Sobre as Origens da Crítica de Hayek ao Conceito de Equilíbrio*, Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado.
- Tolipan, R. (2002), "Anotações sobre a história do pensamento econômico", *Revista de Economia Contemporânea*, 6(1): 147-165.
- Vaughn, K. I. (1999), "Hayek's Implicit Economics: Rules and the Problem of Order", *Review of Austrian Economics*, 11(1-2): 129-44.
- Wagner, R. (2011), "Viennese Kaleidics: Why Liberty and not Policy Calms Turbulence", Department of Economics, George Mason University, Working Paper 11-46.